

O significado de Bandung e nossa resposta à crise do capitalismo global

Walden Bello

NOVEMBRO DE 2015

- Bandung teve o mesmo significado que a Revolução Francesa de 1789 e a Revolução Russa de 1917. Foi uma condensação histórica de dezenas de lutas de independência e de libertação nacional, que vinham ocorrendo até então e continuariam ocorrendo no Sul Global. Bandung apontou uma realidade que buscava emergir das estruturas de opressão e exploração para uma nova era de liberdade e igualdade entre e nas nações. Bandung, porém, também foi sucedido por reveses, por contrarrevoluções inspiradas pelo imperialismo.
- A partir dos anos 1990, um novo protagonista veio revigorar a luta por libertação e igualdade: a sociedade civil. Agrupamentos da sociedade civil decorrentes da luta das mulheres por igualdade, a mobilização dos povos indígenas por liberdade e o desejo de proteger o planeta da devastação constituíram uma nova e fundamental fonte de dinamismo e criatividade na luta para tornar realidade a visão de Bandung.
- Os pontos fortes dessas redes também eram vistos, muitas vezes, como origem de suas fraquezas: sua natureza descentralizada, seu desprezo pela hierarquia e por sistemas representativos de tomada de decisão, a sua aversão à institucionalização de processos e a ambivalência das redes da sociedade civil em relação ao poder. Mas é necessário lidar com o poder e usá-lo, ao invés de simplesmente recusar-se a usá-lo.
- Em meio a crise do capital global, que irrompeu em 2008, a visão de Bandung permanece válida e inspiradora, mas para realizar aquele vislumbre de libertação humana, é preciso um aprofundamento do repensar criativo, a reconfiguração e a rearticulação das instituições ou dos mecanismos de libertação: o socialismo, o estado, o partido, a democracia e a sociedade civil. O desafio colocado a nós, que permanecemos fiéis a Bandung, é urgente e de suma importância.



Uma vez que este ano é o sexagésimo aniversário da histórica Conferência de Bandung, realizada na Indonésia, em 1955, gostaria de ampliar o assunto proposto, relacionando Bandung à resposta do movimento progressista, incluindo o movimento antiglobalização, e à crise global do capitalismo.

Bandung de 1955 foi um evento histórico significativo, ‘momentoso’, no sentido com que o filósofo francês Alain Badiou define um “evento”: um momento, uma conjunção particular de forças e de acontecimentos, que ilumina o horizonte com possibilidades de libertação social.

Bandung, que viu o Terceiro Mundo ou o Sul Global reunir-se, pela primeira vez, com líderes aclamados como Chu En-Lai, Nasser, Sukarno e Nehru, teve o mesmo significado que a Revolução Francesa de 1789 e a Revolução Russa de 1917. Foi uma condensação histórica de dezenas e dezenas de lutas de independência e de libertação nacional, que vinham ocorrendo até então e continuariam ocorrendo no Sul Global. Bandung apontou uma realidade que buscava emergir das estruturas de opressão e exploração, internas e internacionais, para uma nova era de liberdade e igualdade entre e nas nações. Assim, Bandung representava a realidade, como também as possibilidades potenciais e o horizonte de libertação política e econômica global.

A onda de libertação, representada em Bandung, impulsionou a Revolução Cubana de 1959 e a independência da Argélia de 1962, e atingiu seu apogeu em 1973-75, com o triunfo dos movimentos de libertação nacional em Moçambique, Angola, Guiné Bissau, Vietnã, Laos e Camboja.

Como a Revolução Francesa e a Revolução

Bolchevique, entretanto, aquele vislumbre do horizonte de possibilidades, oferecido por Bandung, foi sucedido por reveses, por contrarrevoluções inspiradas pelo imperialismo, com os golpes sangrentos que depuseram Sukarno na Indonésia, em 1965, e Allende no Chile, em 1973, e que inauguraram a ascensão das ditaduras militares por todo o Sul Global.

Depois, vieram os ajustes estruturais e o arranjo neoliberal que acompanharam a globalização de cunho transnacional-empresarial, cujos principais êxitos foram a transformação neoliberal da economia indiana a partir do início dos anos 1990, a transformação capitalista da China, que começou em 1984 e, claro, o colapso do socialismo real na Europa Oriental. O objetivo da reação imperialista liderada pelos Estados Unidos e da globalização neoliberal era matar o vislumbre de futuro que Bandung propiciara, como ocorreria com o Congresso de Viena em relação à Revolução Francesa depois de 1815 e as contrarrevoluções fascista e nazista em relação à Revolução Russa.

Não foram, entretanto, apenas o imperialismo e o capitalismo global que impulsionaram a retirada da visão de Bandung. Entraram, também, em ação fatores internos às forças progressistas, sendo os mais destacados a prolongada deterioração e o colapso dos regimes socialistas centralizados, entre 1989-1992, e o engessamento de muitos movimentos anti-coloniais em regimes personalistas, partidários ou burocráticos. Essa degenerescência das formações políticas era o oposto da visão de Bandung. O estado transformara-se em propriedade de uma pessoa, partido ou grupo social, ao invés de se tornar um instrumento de libertação popular e este foi um dos fatores que contribuíram para a atração exercida pelo canto da sereia da reestruturação neoliberal dos anos 1980 e 1990.



O escurecer do horizonte de possibilidades abertas pelo evento de Bandung fez com que muitos intelectuais abandonassem o que este prometia. Alguns caíram no cinismo, invocando sua retórica e abandonando sua substância; outros abraçaram abertamente o neoliberalismo se mantiveram mecanicamente fiéis a Bandung, recusando-se a reconhecer os desvios ou falhas internas dos movimentos progressistas; outros ainda, mesmo mantendo a fidelidade adotaram uma atitude auto-crítica, fazendo-se a pergunta, onde erramos?

Gostaria de aprofundar principalmente na resposta do grupo da auto-crítica, que continuou a crer na visão de Bandung, que não atribuiu o retrocesso daquela visão somente ao poder do imperialismo e do capitalismo. À época de Bandung, havia quatro instituições, associadas aos movimentos progressistas, que eram vistas como instrumentos de libertação e igualdade e que foram submetidas ao exame crítico: o socialismo, o estado, a democracia e o partido.

Socialismo. De Bandung resultaram diferentes variantes do socialismo, às quais muitos países, emergindo do colonialismo, eram simpáticos, de modo geral: o socialismo marxista-leninista, o socialismo africano e o socialismo árabe. A versão que predominou nos 40 anos posteriores foi a de um socialismo de cima para baixo, no qual o estado controlava os meios de produção, burocratas administravam a economia via planejamento central ou algo muito próximo e havia pouca ou nenhuma participação democrática genuína, seja na política ou na administração econômica. Isso criou uma combinação mortal de ineficiência na produção e de privação política, que deixou as populações dos mundos descolonizados e socialistas vulneráveis aos afagos do imperialismo e do capitalismo e que culminaria, a partir dos anos

1990, no colapso dos governos socialistas da Europa Oriental e na reintrodução do capitalismo na China, no Vietnã e em muitas outras sociedades pós-coloniais.

Estado. Nas visões de desenvolvimento resultantes de Bandung, seja a nacional-desenvolvimentista ou a socialista, o estado era visto como a instituição que domaria o mercado e as corporações, que serviria como a locomotiva do desenvolvimento e expressaria a vontade geral, realizando o bem comum. Porém, em muitos casos, o estado, de fato, chegou a exercer o monopólio da coerção, do poder político e dos recursos econômicos, por meio de uma nova elite baseada na afiliação política e/ou étnica ou em privilégios intelectuais e educacionais. Por trás da retórica de desenvolvimento nacional ou de desenvolvimento socialista, o estado tornava-se o vetor da acumulação de uma nova burguesia.

Democracia. Comprometimento formal à democracia era um traço comum a muitas das nações descolonizadas que emergiram no Sul Global, mas a realidade era, em muitos casos, bastante diversa. Algumas nações tinham democracias eleitorais nas quais elites competiam pelo poder político e se uniam na manutenção de sistemas socioeconômicos desiguais. Outras desenvolveram democracias bonapartistas, nas quais líderes populistas desestimulavam a institucionalização de regras democráticas que favoreciam conexão direta entre eles e as massas por meio de mobilizações de massa. Outras ainda se diziam regimes democráticos quando, na verdade, eram ditaduras de partido, que justificavam suas aspirações ao poder permanente, com o pretexto de impedir que contrarrevolucionários desestabilizassem a sociedade.

O partido. Muitos regimes pós-coloniais, ainda que não seguissem orientações socialistas



ou comunistas, emularam o modelo centralista democrático de uma vanguarda disciplinada, que lidera a revolução de cima e que monopoliza a tomada de decisões, por entender que se encontrava em melhor posição para entender a dinâmica da história. Isso levou a muitos abusos, inclusive à dominação do governo por um sistema partidário paralelo, exercido por uma 'intelligentia' de classe média sobre os camponeses, os trabalhadores e outros grupos marginalizados, e à negação dos direitos humanos a grupos e indivíduos não pertencentes às classes privilegiadas pelo partido. As políticas genocidas do Khmer Vermelho no Camboja, de 1975 a 1978, foram uma trágica lição de como uma elite política progressista pode incorrer em erros radicais, dando munção à principal contestação dos intelectuais conservadores aos três momentos de libertação social: a Revolução Francesa, a Revolução Russa e a visão de Bandung.

Não obstante os reveses sofridos por essas instituições da libertação, as massas em todo o Sul mantiveram-se predominantemente fiéis à visão de libertação, de igualdade entre sociedades e de igualdade intra sociedades oferecida por Bandung, muitas delas espontaneamente, alheias ao evento histórico por este representado.

A partir dos anos 1990, um novo protagonista veio revigorar a luta por libertação e igualdade: a sociedade civil. A sociedade civil é aquele complexo de setores, instituições e organizações sociais que se encontram fora do estado e do mercado, ainda que interaja com eles. A sociedade civil é diversa em sua composição, abarcando desde comunidades e movimentos sociais, como o movimento das mulheres, os agrupamentos solidários como os sindicatos, grupos funcionais, grupos profissionais e grupos de pressão. Nos modelos de mudança socialista, de libertação

nacional ou de independência nacional, as organizações da sociedade civil eram vistas, de modo geral, como atores passivos a serem usados de acordo aos objetivos do estado e dos partidos políticos.

Ainda que os governos e os partidos políticos tenham sido drasticamente enfraquecidos pelo neoliberalismo nos anos 1980 e 1990, este provocou a emergência de grupos dinâmicos da sociedade civil, que passaram a enfrentar o aprofundamento das desigualdades ambientais, de gênero, sociais e políticas que o neoliberalismo gerava. Agrupamentos da sociedade civil decorrentes da luta das mulheres por igualdade, a mobilização dos povos indígenas por liberdade e o desejo de proteger o planeta da devastação constituíram uma nova e fundamental fonte de dinamismo e criatividade na luta para tornar realidade a visão de Bandung. Movimentos progressistas da sociedade civil uniram-se no enfrentamento das políticas neoliberais, dos quais três foram os mais influentes o Movimento Antiglobalização, o Fórum Social Mundial - FSM, para cujas construções as redes brasileiras tiveram papel decisivo e, mais recentemente, o movimento *Occupy*. Essas formações buscavam sua força em operações descentralizadas, estruturas de tomada de decisões participativas e não hierarquizadas e em sua capacidade de organização além-fronteiras, características que foram celebradas no livro de Hardt e Negri, *Empire* [Império].

Essas redes da sociedade civil vêm tendo uma relação ambivalente com os governos. Por um lado, o poder de 50.000 pessoas nas ruas de Seattle, combinado com a resistência de governos de países em desenvolvimento, fez fracassar a 3ª Reunião Ministerial da OMC – Organização Mundial do Comércio, em 1999. Por outro, é frequente que os governos, inclusive os progressistas, se vejam ameaçados por



suas atividades, em especial, por seu apoio à democracia participativa como meio de tomada de decisão em todos os níveis da organização social. A mais recente manifestação desse conflito entre governos e a sociedade civil transnacional talvez seja relacionada à próxima Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima ou COP 21, a ser realizada em Paris, em dezembro. Enquanto a maioria dos governos deixou de cumprir o compromisso de reduzir a emissão de gases de efeito estufa, redes da sociedade civil estão convergindo para Paris para forçá-los a cumprir tais compromissos, necessários para evitar que o mundo caminhe em direção a um futuro desastroso, mais quente quatro graus centígrados ou mais, até a metade ou fim deste século.

Essas redes da sociedade civil também vêm mantendo uma relação ambivalente com os tradicionais partidos políticos de esquerda. Apesar dessas diferenças, eles têm trabalhado juntos, tendo sido o Fórum Social Mundial o melhor exemplo disso. Uma razão fundamental para o *modus vivendi* dos velhos e novos movimentos talvez tenha sido a constatação da necessidade um do outro na luta contra o capitalismo global. E de que a força do movimento global nascente reside em uma estratégia de formação de redes não hierarquizadas, que repousa não na crença doutrinária de que uma classe esteja destinada a liderar a luta, mas na realidade da marginalização comum de praticamente todas as classes, estratos e grupos subordinados à égide do capital global.

O Movimento Antiglobalização, a respeito do qual afirmei que as redes da sociedade civil brasileira tiveram um papel central, e seu sucessor, o movimento Occupy, mostraram tanto o dinamismo das redes transnacionais da sociedade civil quanto suas limitações. Os pontos fortes

dessas redes também eram vistos, muitas vezes, como origem de suas fraquezas: sua natureza descentralizada, seu desprezo pela hierarquia e por sistemas representativos de tomada de decisão e sua aversão à institucionalização de processos. Um problema chave tem sido a ambivalência das redes da sociedade civil em relação ao poder. No entanto, é necessário lidar com o poder e usá-lo, ao invés de simplesmente recusar-se a usá-lo. Como Hugo Chávez lembrou aos delegados da reunião do FSM de 2006, em Caracas, não resta alternativa aos ativistas da sociedade civil senão tratar da questão do poder: “Temos que ter uma estratégia de ‘contrapoder’. Nós, os movimentos sociais e os movimentos políticos, precisamos ser capazes de entrar nas esferas do poder em nível local, nacional e regional.”

A crise do capital global, que irrompeu em 2008, está se aprofundando. A terceira fase da crise, seguindo-se ao *crash* de Wall Street e à crise da dívida soberana da Europa, é a da estagnação dos BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. Ao mesmo tempo, os acontecimentos no Oriente Médio traduziram-se em um grave enfraquecimento do controle militar e político do imperialismo. E, claro, os governos parecem paralisados, enquanto o mundo vai de tropeço em tropeço a um mundo mais quente quatro ou mais graus centígrados.

Em meio a essa crise, a visão de Bandung permanece válida e inspiradora, mas para realizar aquele vislumbre de libertação humana, é preciso um aprofundamento do repensar criativo, a reconfiguração e a rearticulação das instituições ou dos mecanismos de libertação, que o movimento progressista desenvolveu como seus principais instrumentos de mudança—o socialismo, o estado, o partido, a democracia e a sociedade civil. O desafio colocado a nós, que permanecemos fiéis a



Bandung, é urgente e de suma importância.

Nesse tocante, permitam-me compartilhar uma reflexão perturbadora surgida de minha investigação sobre o passado dos dois jovens, que levaram a cabo o massacre na publicação francesa Charlie Hebdo, em janeiro passado, Cherif e Said Kouachi. Os dois eram filhos de imigrantes argelinos na França, mas suas condições de existência eram muito parecidas com as dos jovens que estão crescendo, hoje, nas favelas de muitas cidades da África, do Oriente Médio e da Ásia. Com o engessamento da secular política progressista, temas étnicos, culturais, nacionais e raciais passaram a dominar o debate público em seu mundo. Para os jovens das favelas, o vácuo criado pela ausência da esquerda teve consequências críticas. Como dito por um acadêmico: “o personagem tradicional do militante de esquerda, que apoia o protesto coletivo da população, está desaparecendo atrás da figura religiosa personificada em rota alternativa para uma vida digna e moral em uma cidade ‘fora do mundo real’, em uma comunidade protegida de uma sociedade percebida como sendo impura.” Lendo os relatos de sua trajetória, não pude deixar de considerar a possibilidade de que, em outras circunstâncias, Cherif e Said Kouachi muito provavelmente estariam maduros para recrutamento pelo movimento progressista. Mas, sem nenhuma figura na esquerda secular para guiar seus sentimentos de injustiça e seu idealismo, esse vácuo, no caso de Cherif, foi preenchido por um *jihadista* devoto, argelino de descendência que, incansável, mantinha grupos de discussão com jovens impressionáveis, incentivando-os a juntar-se à Jihad e que, de acordo com uma reportagem investigativa, organizou um esquema para levar jovens muçulmanos para se juntarem a Abu Musab al-Zarqawi, da rede da Al Qaeda no Iraque.

Diz-se que a natureza tem horror ao vácuo. Se as forças, que valorizam a visão de Bandung de um projeto secular de libertação, democracia e igualdade, não preencherem o vácuo para torná-lo novamente inspirador para o jovem de hoje e de amanhã, certamente outros o farão. A libertação não é inevitável. Ela é condicional.



Sobre o autor

Walden Bello é ativista residente no Centro A.E. Havens, Universidade de Wisconsin. Foi membro da Câmara dos Deputados das Filipinas.

Responsável

Friedrich-Ebert-Stiftung (FES) Brasil
Av. Paulista, 2001 - 13º andar, conj. 1313
01311-931 | São Paulo | SP | Brasil
www.fes.org.br

Friedrich-Ebert-Stiftung (FES)

A Fundação Friedrich Ebert é uma instituição alemã sem fins lucrativos, fundada em 1925. Leva o nome de Friedrich Ebert, primeiro presidente democraticamente eleito da Alemanha, e está comprometida com o ideário da Democracia Social. Realiza atividades na Alemanha e no exterior, através de programas de formação política e de cooperação internacional. A FES conta com 18 escritórios na América Latina e organiza atividades em Cuba, Haiti e Paraguai, implementadas pelos escritórios dos países vizinhos.

As opiniões expressas nesta publicação não necessariamente refletem as da Friedrich-Ebert-Stiftung.

O uso comercial de material publicado pela Friedrich-Ebert-Stiftung não é permitido sem a autorização por escrito.

ISBN 978-85-99138-78-6

